

REQUERIMENTO (Do Sr. CARLOS SANTANA)

Requer a realização de Audiência Pública com representante do Ministério dos Transportes, e com o Presidente do Conselho Nacional de Desestatização – CND, SÉRGIO AMARAL, para falar sobre a Privatização da BR 101.

Senhor Presidente:

Requeiro nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Conselho Nacional de Desestatização – CND, Srº **SÉRGIO AMARAL**, e também um representante do Ministério dos Transportes, para falar sobre a Privatização da BR 101 entre a ponte Rio-Niterói e a divisa com o Estado do Espírito Santo.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é o campeão mundial de pedágios. São mil quilômetros de rodovias entrecortadas por caixas coletoras de empresas privadas concessionárias. Isso corresponde a 6,5% da malha rodoviária nacional. Nenhum outro país privatizou tantas estradas. Para o turista viajando nessas rodovias, significa pagar em média R\$ 3,70 a cada 66 quilômetros. Para o caminhoneiro, pode custar até seis vezes mais.

Através de uma ação cautelar com pedido de liminar contra o edital de licitação do trecho da BR, impetrada pelo Ministério Público Federal, A ONG Cidade 21 e a ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campos, querem transparência no processo de licitação. A preocupação das entidades, que no mês passado fecharam por duas horas o trânsito na BR 101 em protesto, é quanto à cobrança de pedágio antes das obras de melhoramento na rodovia.

Pelo edital de licitação, estão previstas cinco praças de pedágio em 320,8 Km de extensão do trecho da rodovia entre a Ponte Costa e Silva (Rio-Niterói) e a divisa entre os estados do Rio e Espírito Santo, sendo que desses, dois serão dentro do município de Campos: Serrinha e Travessão. Quatro dos cinco postos terão cobrança bi-direcional, ou seja, haverá cobrança nos dois sentidos da pista.

Esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário, depois de recebido e processado pela Mesa.

Sala das Sessões, em

Deputado Carlos Santana